

Contradições no processo de expansão da universidade pública no Brasil: o caso da Universidade de Brasília

Resultado de investigação finalizada

GT 25: Educación y desigualdad social

Lívia Veleda de Sousa e Melo e Márcio Alexandre Barbosa Lima

Resumo

O artigo analisa a expansão de vagas da Universidade de Brasília (UnB) por intermédio da criação de três novos *campi* em regiões de menor perfil socioeconômico no Distrito Federal (DF). Apesar da alta demanda por vagas públicas e de a UnB ofertar mais de 90% dessas vagas no DF, o percentual de sobra de vagas nos cursos cresceu entre 2009 e 2012. Para compreender esse fenômeno foram realizadas entrevistas com gestores dos novos *campi* e consulta aos principais documentos relacionados à expansão. Os resultados apontam para problemas relacionados às exigências do processo seletivo em contradição com a preparação ofertada pelo ensino médio público do país, além do desinteresse por parte dos cursos ofertados e da auto exclusão da universidade pública.

Palavras chaves: expansão da universidade; democratização do acesso; seletividade no ensino

Introdução

Considerando a relevância da educação superior para o desenvolvimento do país e a redução das desigualdades, constatamos dois grandes momentos de crescimento do sistema de educação superior no Brasil, nas décadas de 1970 e 1990. Ambos privilegiaram o crescimento do setor privado, de modo que as instituições de educação superior pagas passaram a representar aproximadamente 90% das vagas oferecidas no sistema de educação superior brasileiro. Esse percentual é inversamente proporcional ao número de matrículas na educação básica pública, cujos estudantes são majoritariamente de baixa renda. Emergem desse contexto três grandes problemas: i) o número de vagas ociosas cresceu enormemente no setor privado; ii) os jovens de escola pública não conseguiam arcar com as mensalidades de cursos nas instituições privadas; iii) havia demanda reprimida no setor público.

Esses fatores, aliados à pressão pelo acesso à educação superior, obrigaram o governo brasileiro a tomar diferentes medidas no intuito de acolher estudantes de menor perfil socioeconômico. A partir de 2003, intensificou-se a adoção de políticas nacionais nesse intuito, tais como a expansão da rede pública através da criação de novas vagas, *campi* e universidades; financiamento de vagas em instituições privadas por meio de crédito educativo e/ou isenção de impostos; diversificação do sistema de educação superior. Essas políticas trouxeram consigo inúmeros desafios.

A Universidade de Brasília, *locus* da pesquisa e única instituição de educação superior pública no Distrito Federal, foi pioneira na adoção de mecanismos com o intuito de incluir estudantes com outros perfis socioeconômicos e diversificar o perfil dos seus ingressantes. Em 2004 implantou o sistema de cotas para negros e, um ano depois, deu início ao projeto de descentralização de suas atividades acadêmicas com a criação de três *campi* universitários em regiões administrativas com menor desenvolvimento socioeconômico no DF: Planaltina, Ceilândia e Gama.

No ano de 2012, praticamente todos os cursos previstos no projeto de expansão da UnB estavam implantados. Entretanto, percebemos que grande parte das vagas não tem sido preenchida,

especialmente nos novos *campi*. No segundo semestre de 2012, cerca de um quarto das vagas ofertadas permaneceram ociosas. Nos novos *campi* a situação foi ainda mais grave, chegando a 90% de vagas ociosas.

Por que uma universidade gratuita e reconhecida nacionalmente como a UnB passou a enfrentar problemas no preenchimento de suas vagas? No intuito de compreender essa questão, realizamos entrevistas com treze gestores da UnB sede e dos novos *campi* e analisamos documentos elaborados pela universidade relativos à expansão e ao processo seletivo. Os resultados são relatados e discutidos ao longo do artigo.

1. A seletividade no acesso aos cursos superiores

No Brasil, o direito ao acesso aos níveis superiores de ensino é garantido na Constituição de 1.988 e confirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Ao longo da história, os governos e as instituições foram pressionados a pensar políticas educacionais que propiciassem a inclusão de grupos marginalizados, sejam portadores de necessidades especiais, negros ou a população de baixa renda, pois as vagas ofertadas na educação superior não eram suficientes para atender todos os candidatos e, mais recorrentemente estes grupos ficam sem acesso¹. O acesso aos cursos superiores é marcado por desigualdades, mais acentuadas conforme o prestígio social do curso, associado ao retorno financeiro da profissão ou atividade e à natureza da instituição, geralmente as universidades públicas são as mais concorridas.

No percurso escolar, jovens de baixa renda e/ou negros são excluídos gradativamente, restando uma parcela pequena para concorrer a uma vaga na educação superior. Enquanto os estudantes egressos do ensino médio, em sua maioria são provenientes de escolas públicas, em torno de 87% (IBGE, 2010), o perfil dos jovens ingressantes na educação superior pública é majoritariamente de famílias mais ricas, predominantemente mais brancos, filhos de pais com maior nível escolaridade do que a média e residentes no sudeste e sul do Brasil e egressos do ensino médio privado. Essa diferenciação também está presente após o ingresso nas instituições de nível superior, visto que existem diferenças no perfil de estudantes dos cursos diurnos e noturnos, estabelecimentos públicos ou privados, cursos de maior ou menor prestígio social (Sampaio, Limongi e Torres, 2000; Velloso, 2007; Fonaprace 2004).

Diversos estudos revelam essa seletividade e evidenciam o processo de exclusão educacional que ocorre durante os anos escolares, bem como a necessidade de adotar estratégias para minimizar a seletividade no acesso aos cursos superiores, especialmente nas carreiras de alto e médio prestígio social nas universidades públicas, tais como Beltrão e Teixeira (2005), Andrade e Dachs (2007) e Osório (2009).

No Distrito Federal, o setor privado concentra 91% da oferta de educação superior, há somente três instituições públicas, das quais a UnB representa 96% das vagas destinadas ao setor público. A Universidade de Brasília é praticamente a única instituição de educação superior pública no DF e oferta apenas 8% do total de vagas disponíveis na região, com um índice de concorrência bem maior que nas outras 56 instituições privadas (INEP, 2012). Além disso, possui os cursos de graduação com as melhores avaliações entre os ofertados na região. O público da UnB, ainda abrange em sua maioria estudantes de melhor poder aquisitivo, especialmente nos cursos de alto e médio prestígio social. Os dados de perfil socioeconômico coletados em 2010 pelo Cespe indicam que 67% dos estudantes da UnB são oriundos de escolas particulares; apenas 23% se consideram negro; 48% residem nas regiões mais ricas do Distrito Federal: o Plano Piloto e suas proximidades; apenas 18% tem renda familiar entre 1 a 3 salários mínimos e 75% não exerce atividades laborais.

Em 2005, a UnB iniciou o processo de implantação de três novos *campi*: A Faculdade UnB Planaltina (FUP), A Faculdade UnB Ceilândia (FCE) e a Faculdade UnB Gama (FGA), apresentando à sua comunidade a primeira proposta consolidada de expansão, o Plano de Expansão da UnB. Esse documento trazia em sua concepção a preocupação em associar o crescimento da universidade ao

desenvolvimento econômico das regiões mais populosas e carentes do DF. Nesse intuito, os novos *campi* seriam implantados em áreas com significativo adensamento populacional, grandes carências sociais e com a necessidade de ampliação dos investimentos e de criação de novos postos de trabalho (FUB, 2005, p.10). O programa visava proporcionar melhor atendimento educacional às populações das regiões administrativas e áreas de influência dos novos *campi*, contribuindo para a formação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento das regiões integrantes das RIC. De acordo com a FUB (2005), esse projeto se enquadrava no espírito de democratização da educação superior, com interiorização a custo reduzido. O quadro a seguir detalha os cursos em funcionamento em cada um dos *campi*. A Faculdade UnB Planaltina (FUP) foi inaugurada em 2006 e os outros dois *campi*, a Faculdade UnB Ceilândia (FCE) e a Faculdade UnB Gama (FGA), em 2008.

<i>Campus</i>	Cursos	Vagas (ano)
FUP	Ciências Naturais (diurno), Ciências Naturais (noturno), Gestão do Agronegócio e Gestão Ambiental.	320
FCE	Enfermagem; Farmácia; Fisioterapia; Terapia Ocupacional e Saúde Coletiva.	480
FGA	Engenharia Automotiva; Engenharia de Energia; Engenharia de Software; Engenharia Eletrônica e Engenharia Aeroespacial ⁱⁱ .	480

Fonte: Atas de pactuação com o MEC - 2008

Quadro 1: Cursos para os novos *campi*

Em 2012, os cursos dos novos *campi* já estavam em pleno funcionamento, totalizando a oferta de 1.280 vagas anuais, distribuídas em 14 cursos, 75% destinadas ao preenchimento via vestibular e 25% via PASⁱⁱⁱ. No entanto, percentual significativo dessas vagas não tem sido preenchida no processo seletivo, especialmente no *campus* da UnB Planaltina.

2. Os gargalos no processo seletivo

A política de ingresso no setor público é bastante seletiva e vinculada a processos de seleção com forte caráter discriminatório, muito embora as universidades públicas possam representar a única chance de ingresso para candidatos de baixa renda, especialmente para os cursos de alto prestígio social, como evidenciado nas pesquisas de Sampaio, Limongi e Torres (2000), Prates (2007); Andrade e Dachs, (2007) e Osório (2009). Na maioria dos casos, o processo seletivo é uma das grandes peneiras sociais de acesso à educação superior, no qual permanece a competição entre desiguais, de modo a contribuir para a reprodução social das elites, como afirmou Oliveira, Catani, Hey e Azevedo (2008).

Outro grave fator é a pré-seleção e/ou autoexclusão no acesso, citado por inúmeros pesquisadores, Moehlecke (2004); Pinho (2001); Avena (2004); Velloso (2007); Braga, Peixoto e Bogutchi (2001). A pré-seleção indica que estudantes pobres têm maior propensão a optar por cursos de baixa demanda e prestígio social, enquanto aqueles provenientes de faixas de renda mais altas procuram por cursos de maior prestígio social e, conseqüentemente, melhor retorno financeiro.

A UnB tem sido historicamente uma universidade concorrida, em virtude de ser gratuita e pela qualidade dos cursos ofertados. Os processos seletivos ocorrem duas vezes por ano. Até 2012, no

primeiro vestibular, metade das vagas era destinada para preenchimento por meio do Programa de Avaliação Seriada (PAS). Além disso, a UnB disponibilizava 20% das vagas totais para candidatos negros, por meio do sistema de cotas. No segundo vestibular do ano, a reserva de vagas para os candidatos cotistas era disponibilizada e o número de vagas ofertadas seria o dobro em relação ao primeiro vestibular, uma vez que não havia o PAS. Parte dessas regras foi modificada no primeiro vestibular de 2013, em virtude da aprovação da Lei n. 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012.

Essa Lei obrigou as universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia a reservarem um total de 50% de suas vagas para candidatos advindos de escola pública, incluindo percentual para negros, índios e candidatos com renda familiar até um salário mínimo e meio. O alcance da meta é gradativo, para a primeira entrada do ano de 2013 a UnB teve que reservar 12,5% de suas vagas para estudantes de escola pública, esse percentual deve atingir o índice de 50% em 2016. Outra novidade importante foi a adoção do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) como uma das formas de ingresso na UnB, na primeira entrada do ano^{iv}. É importante destacar que todos os dados de entrada entre 2009 e 2012, utilizados neste trabalho, são resultantes das regras que vigoraram até o segundo semestre de 2012.

Considerando tais regras, o segundo vestibular do ano tende a ser menos disputado, em virtude de haver o dobro das vagas e demanda pouco aumentada. Esses dois aspectos certamente contribuem para o percentual de vagas ociosas como um todo, que conseqüentemente tende a ser maior na segunda entrada do ano. Em alguns cursos a disputa tem sido muito baixa e os candidatos inscritos não conseguem cumprir os critérios de seleção exigidos. Nesses casos, geralmente os alunos de escola pública são mais prejudicados.

3. A expansão da UnB e as contradições na perspectiva de democratização do acesso

Na UnB, a sobra de vagas tem ocorrido, especialmente, em cursos de baixo prestígio social, com baixa demanda e cuja procura é majoritariamente composta por estudantes de escola pública, o que afeta sobremaneira os novos *campi*. Essa realidade é um contrassenso, pois apesar do aumento da oferta de vagas na universidade, estudantes de baixa renda são excluídos no processo seletivo. Emerge aqui a conhecida discussão sobre excelência e democracia (Catani, 2006), também sobre outras formas de selecionar alunos para a universidade e, especialmente, sobre formação na escola básica.

A diferença entre o número de candidatos aprovados na primeira chamada e o número de vagas ofertadas nos vestibulares da UnB passou de 53, em 2008, para 1.522 em 2012, um crescimento de quase 3.000%, como revela a Tabela 1.

Tabela 1: Taxa de crescimento da oferta, demanda e preenchimento de vagas na UnB por ano (2009-2012) %

Vestibular	% cursos	% vagas	% inscritos	Relação Candidato/Vaga	%Vagas ociosas
2008	—	—	—	16,00	1,66
2009	29,03	46,01	-6,26	10,27	0,22
2010	15,00	25,56	-4,96	7,77	2,67
2011	1,01	2,83	9,63	8,29	2,49
2012	1,03	8,51	-5,84	7,19	24,32
2009-2012	54,84	104,61	-8,03		2.771,69

Fonte: Dados extraídos dos editais de seleção e Boletins informativos do CESPE (2009-2012).

É importante considerar os aspectos da expansão da UnB como um todo. Entre 2008 e 2012, embora as vagas ofertadas tivessem mais que dobrado, o número de inscritos caiu no mesmo período.

O número de cursos passou de 64 em 2008 para 96 em 2012, um crescimento de 55% e o número de vagas, excluídas aquelas destinadas ao PAS, aumentou 105%. O número de inscritos, por sua vez, caiu 8%, diminuindo a relação candidato/vaga de 16 para 7,2.

A partir dos dados do Censo da Educação Superior lançados pelo INEP nos últimos anos, constata-se a diminuição do número de concorrentes nas universidades públicas ocorrida recentemente. Uma das explicações é a consolidação do Prouni e do Fies, que passaram a atender uma parcela significativa da população brasileira, incentivando muitos candidatos a procurarem instituições particulares; outra é a abertura de novas oportunidades de acesso às instituições públicas por meio da expansão de vagas vivenciada na última década, como apontam alguns estudos, a exemplo de Matos, Pimenta, Almeida e Oliveira (2012).

No primeiro vestibular, vê-se que esses problemas são menores, a concorrência para a primeira entrada, evidenciada pela relação candidato/vaga, apesar de ter diminuído ao longo dos últimos quatro anos, é ainda o dobro ou mais daquela registrada para a segunda entrada do ano, quando sobram mais vagas. Na primeira entrada o número de vagas sem preenchimento é geralmente menor do que na segunda entrada.

Isso nos levaria a concluir que a relação candidato/vaga estaria associada à seleção dos candidatos, ou seja, quando essa relação é maior, é possível selecionar candidatos melhor preparados do ponto de vista de atender aos critérios de seleção exigidos, pois quando a procura pelos cursos é mais intensa, a tendência é de que haja candidatos com melhor preparo no ensino médio.

No segundo semestre de 2012, das 4.184 vagas ofertadas no vestibular, quase um quarto ficaram ociosas na primeira chamada, 1.091. Na FUP, todos os cursos passaram a ter alto índice de vagas ociosas; a FCE começou a apresentar vagas ociosas no segundo semestre de 2011, inicialmente para os cursos de Terapia Ocupacional e Gestão da Saúde. Em 2012, o fenômeno se estendeu a mais dois cursos, Enfermagem e Farmácia, restando apenas Fisioterapia com todas as vagas preenchidas no vestibular. Cabe destacar que há uma relação entre cursos de baixa demanda e vagas ociosas no vestibular, assim como com a evasão (Silva Filho, Motejunas, Hipólito e Lobo, 2007).

Especificamente em 2012, foram ofertadas nos novos *campi* 710 vagas no segundo vestibular, das quais 47% ficaram ociosas. A FUP é o *campus* com o maior percentual de ociosidade de vagas. No segundo semestre de 2012 chegou a 90% de vagas ociosas. O índice médio entre os dois vestibulares do ano foi de 83%, como registrado na Tabela 2. A FCE alcançou 62% de vagas sem preenchimento no segundo vestibular e 47%, considerando os dados de todo o ano de 2012. Pela primeira vez, em 2012, sobraram 6% de vagas ociosas no curso de Engenharia, um total de 18 entre as 280 ofertadas (Tabela 2).

Tabela 2: Vagas ociosas novos *campi* em 2012

<i>Campus</i>	Vagas ofertadas	Vagas Ociosas	%
2012/1			
FUP	131	97	74,04
FCE	131	21	16,03
FGA	112	0	0
2012/2			
FUP	170	153	90,00
FCE	260	163	62,69
FGA	280	18	6,42
2012			
FUP	301	250	8,30
FCE	391	184	47,05
FGA	420	18	4,28

Fonte: Dados extraídos dos editais de seleção e Boletins informativos do CESPE (2009-2012)

Das 1.091 vagas sem preenchimento no 2º vestibular de 2012, quase metade estavam localizadas nos novos *campi*, 41%. Esse é um percentual muito alto considerando que os novos *campi* representavam 17% da oferta de vagas da UnB naquele semestre. No vestibular de 2012, a UnB alterou as formas de preenchimento de vagas ociosas, destacando-se o edital de transferência facultativa e o preenchimento de vagas por meio do Enem, no entanto, essas medidas não foram suficientes para preencher todas as vagas remanescentes do processo seletivo.

Segundo os treze gestores da UnB entrevistados, as principais causas da baixa demanda e do não preenchimento das vagas nos novos *campi* estão relacionadas aos seguintes fatores: cursos desconhecidos e a falta de identidade profissional; desvalorização da carreira docente; diminuição na procura pela universidade pública e as modificações no processo seletivo

O primeiro motivo, apontado por pelo menos seis gestores foi a oferta de cursos desconhecidos da população e que não remetem a uma profissão estabelecida no mercado de trabalho ou que carecem de identidade profissional. Nesse grupo estão, especialmente, cursos pouco conhecidos pela comunidade: Ciências Naturais^v, Gestão do Agronegócio e Gestão Ambiental, na FUP; Gestão de Saúde Coletiva e Terapia Ocupacional, na FCE. Para esses gestores, esses são cursos novos e também representam profissões pouco conhecidas ou com pouca inserção no mercado de trabalho. Isso desestimula os estudantes a procurarem estas opções de formação, pois desconhecem o que o curso representa e quais as possibilidades de atuação no mercado de trabalho.

Somado ao desconhecimento do curso e à possível falta de interesse em cursos novos, há o desconhecimento dos novos *campi* da UnB. Considera-se ainda a autoexclusão da universidade pública, sendo preciso ponderar que há uma parte de alunos que desconhece os novos *campi* da Universidade de Brasília e outra parcela que apesar de conhecer, não tem interesse porque não se sente capaz de acessá-la, fenômeno estudado por inúmeros autores, tais como Moehlecke (2004) e Velloso (2007).

Especificamente em relação ao curso de Ciências Naturais, podemos dizer que além de ser um curso novo e com pouca identificação profissional, é um curso de formação de professores, cuja concorrência tem diminuído historicamente em função da desvalorização da carreira docente, fenômeno conhecido e estudado por autores como Gatti (2000; 2011); Gatti e Barreto (2009); Gatti, Barreto e André (2011). Esse aspecto foi apontado por três dos gestores entrevistados. Como afirmou Gatti e Barreto (2009), a relação entre a procura pelo curso e o retorno financeiro da carreira docente, bem como que a valorização social real de uma área profissional se reflete na carreira, no salário e nas

condições de trabalho. E, lembram as autoras, as carreiras pouco “atraentes do ponto de vista salarial acabam por não ser objeto de procura entre as novas gerações, e especialmente não se mostram atraentes para aqueles que se consideram em melhores condições de domínio de conhecimentos, ou com melhores chances em outras atividades” (Gatti e Barreto, 2004: 240). Logo, carreiras mais bem remuneradas no mercado de trabalho geralmente são mais disputadas nos vestibulares, a exemplo do curso de Fisioterapia, na FCE. Por outro lado, observamos que profissões menos valorizadas tendem a atrair quantitativo menor de candidatos, como as licenciaturas em Ciências Naturais ofertadas na FUP.

Outro fator importante foi a criação de cursos iguais ou semelhante aos dos novos *campi* na UnB sede, denotando problemas quanto ao planejamento da expansão. Os cursos ofertados na FUP são pouco demandados e houve considerável oferta de vagas com a criação cursos semelhantes aos do novo *campus* na UnB sede, como Gestão do Agronegócio e Ciências Ambientais. Por outro lado, a demanda por esses cursos é composta maciçamente por estudantes de baixo perfil social, que tendem a desempenho inferior no processo seletivo.

Ademais, foi citada a diminuição na procura pela universidade pública, devido à criação de outras oportunidades de acesso à educação superior no Distrito Federal, por meio da implementação do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), com boas perspectivas de crescimento, a expansão das vagas da UnB e programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para todos (Prouni) tem garantido o acesso de uma proporção maior de jovens em cursos superiores, diminuindo a pressão pelo ingresso nas universidades públicas, fenômeno que pode ser observado nacionalmente, como tem apontado alguns autores, como de Matos, Pimenta, Almeida e Oliveira (2012). Além do mais, o ingresso em uma instituição particular tende a ser menos exigente, no geral, assim como o esforço empreendido para a conclusão do curso nessas instituições.

Porém, alterações no processo seletivo parecem ter tido um impacto maior no aumento do número de vagas sem preenchimento, especialmente em 2012. Neste ano, a UnB promoveu sucessivas modificações no vestibular desde o início do processo de expansão a fim de selecionar candidatos melhor qualificados. No primeiro ano de criação da FUP, o problema no preenchimento das vagas já era evidente no novo *campus*^{vi}, com a continuidade do processo de expansão esse quadro sofreu alterações, se agravando, especialmente na segunda entrada do ano.

As mudanças efetuadas no processo seletivo nos anos subsequentes afetaram negativamente os candidatos com menor preparo na escola básica, uma vez que as exigências em relação ao conhecimento das disciplinas e à escrita em Língua Portuguesa aumentaram. São quatro mudanças significativas:

- 2010/2: alteração da nota de corte da redação, passando de três pontos para o mínimo de quatro pontos;
- 2010/2: inclusão de questões do tipo C, nas quais o candidato tem opção de resposta variando entre 000 a 999;
- 2011/1: inclusão de questões do tipo D, com respostas dissertativas e eliminatórias;
- 2012/1: aprimoramento da avaliação da habilidade dos candidatos em elaborar textos em Língua Portuguesa e acréscimo de mais questões do tipo D.

As alterações realizadas no vestibular da UnB entre 2011 e 2012, com destaque para a criação de questões dissertativas, tipo D, e aumento do rigor na correção dessas questões e da redação, parecem ter sido os fatores que mais ocasionaram a eliminação de candidatos nos vestibulares da UnB, aumentando assustadoramente o percentual de vagas ociosas nesses dois anos, principalmente em 2012. Essas alterações não seriam um problema em si, mas acabaram se tornando um empecilho à entrada de candidatos de baixa renda, pois funcionaram como um filtro, eliminando-os, sobretudo nos cursos de menor prestígio, os quais atraem alto percentual de candidatos com esse perfil.

As dificuldades em provas nas áreas de ciências exatas já vinham ocorrendo desde a criação da FUP e eram responsáveis pela eliminação de candidatos ao curso de C. Naturais. Porém, nos dois

últimos anos, a redação e a escrita normativa em Língua Portuguesa têm sido os grandes gargalos na aprovação de candidatos à UnB.

Os dados de acesso aos cursos em 2012 levaram a instituição a reconhecer esse entrave. Somente no primeiro semestre de implantação da Lei de Cotas, 12,5% das vagas de universidades federais foram reservadas para candidatos de escolas públicas, mas apenas 5% destas foram preenchidas na UnB. A partir do segundo vestibular de 2013, a UnB excluiu o caráter eliminatório das questões dissertativas, a despeito de não alterar a nota da redação, que aumentou de 3 para 4 pontos no segundo semestre de 2010, e os critérios de correção desses dois itens: redação e questões Tipo D. Essas modificações apontam para a gravidade da situação e indicam que a universidade está buscando alternativas para solucionar a questão, uma vez que é incoerente se criar cursos e vagas, buscando atender outros perfis sociais, e estas não serem preenchidas. Ainda é preciso intensificar as estratégias para apoiar esses estudantes durante a graduação e para estabelecer maior articulação com a educação básica; bem como atuar na divulgação dos novos *campi* e cursos em suas comunidades.

Notas conclusivas

Os resultados da pesquisa realizada apontaram para um descompasso entre as novas exigências para o ingresso na Universidade de Brasília e o perfil sócio educacional dos candidatos. A universidade criou as vagas, mas inviabilizou o acesso aos estudantes de baixa renda. Esses resultados nos levam a refletir sobre os processos de democratização do acesso à educação superior e os modelos de formação predominantes nas universidades federais brasileiras.

Em um contexto de democratização do acesso às universidades públicas e com os problemas enfrentados na educação básica brasileira, o processo seletivo precisa ser discutido, afim de não ser mais um instrumento de exclusão e perpetuação de desigualdades sociais, como bem lembrou Oliveira, Catani, Hey e Azevedo (2008) ao afirmar que mesmo diante da heterogeneidade cultural e das diferenças sociais, prevalece a competição livre e aberta entre os desiguais. A mesma urgência existe com relação à articulação da universidade com a escola básica e com a sociedade, no intuito de propiciar melhorias na qualidade acadêmica dos alunos.

É preciso considerar nessa discussão que a massificação da educação superior não garante a inclusão social. Reiseberg e Watson (2010) alertam para essa realidade, explicando que a expansão do acesso à educação superior provoca a inclusão dos diversos grupos sociais, sendo necessário pensar estratégias para a manutenção e a conclusão de estudantes com fragilidades sociais, uma vez que trazem deficiências de formação na escola básica, além de terem dificuldades financeiras.

No Brasil, a expansão criou novas oportunidades de acesso à educação superior pública, trazendo consigo o desafio de inserir estudantes provenientes de escolas públicas. Em grande parte, esses estudantes trazem problemas de formação ainda muito evidentes na educação básica brasileira, refletidos nos índices das avaliações nacionais e internacionais, como Enem e Pisa.

As universidades federais tendem a incorporar os melhores alunos das escolas públicas e particulares, mas diante da expansão de vagas, estudantes com menor preparo acadêmico passaram a ter reais chances de ingresso. A universidade vive, então, o desafio de incluir e formar esses estudantes, precisando promover mudanças na concepção de acesso, de formação e nas estratégias de permanência, tanto pedagógicas quanto voltadas aos aspectos sociais.

A solução encaminhada pela UnB de intensificar os mecanismos de seleção, tornando o vestibular ainda mais seletivo e excludente se contrapõe a essa realidade e desconsiderou o contexto de expansão e democratização do acesso em que estão inseridas as políticas de educação superior, criando uma barreira intransponível, em curto prazo, para os estudantes de baixa renda e perpetuando desigualdades^{vii}. É preciso considerar ainda que parte dos cursos ofertados nos novos *campi* da instituição diz respeito a profissões pouco conhecidas e prestigiadas, um dos motivos que ocasionou o desinteresse dos candidatos.

Lembramos que pensar em estratégias de democratização da universidade envolve refletir sobre essas questões. É preciso considerar o contexto da escola básica brasileira e a composição dos grupos que estão fora da universidade; como comprovam diversos estudos e pesquisas Andrade (2012). Essa não é uma tarefa simples, pois envolve a necessidade de pensar não somente estratégias de ingresso, mas estratégias de permanência e de apoio pedagógico ao estudante, bem como maior articulação com a escola básica, cujos avanços na qualidade refletirão na educação superior.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, C. Y. (2012). Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social. *Ensino Superior Unicamp*, ano III, n.6, jul-2012, p. 18-27.

ANDRADE, C.Y & DACHS, N.W. (2007). Acesso à educação superior por faixas etárias segundo renda e raça/cor. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 131, p. 399-42.

AVENA, C. P. (2004). Alocação de tempo para estudo e desempenho no vestibular: evidências a partir da Universidade Federal da Bahia. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 131-161. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1002/arquivoAnexado.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2008.

BELTRÃO, K.I. & TEIXEIRA, M.P. (2005). Cor e gênero na seletividade das carreiras universitárias. In: SOARES, S. *et al.* (Org.). *Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA. (p. 143-193).

BRAGA M.M. & PEIXOTO M.C. & BOGUTCHI T.F (2001). Tendências da demanda pelo ensino superior: estudo de caso da UFMG. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 113, p. 129-152.

CATANI, A. & HEY, A. P. (2006). USP e a formação de quadros dirigentes. In: MOROSINI, M. (Org.). *A universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília. INEP. p. 295-312. Disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/index.html>>. Acesso em: 2 fev. 2008.

FONAPRACE (2004). FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE). *Perfil dos estudantes de graduação: IFES/2004*.

FUB (2010) FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (FUB). *Plano de expansão da Universidade de Brasília: Campus UnB - Planaltina: Campus UnB - Ceilândia/Taguatinga: Campus UnB - Gama*.

GATTI, B.A. & ANDRE, M. E. D. A. (2011). *Políticas docentes no Brasil: um estado da arte*. Brasília: UNESCO. 300 p.

GATTI, B.A. & BARRETO (2009). *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília. UNESCO. 294 p.

GATTI, B.A. (2000). Formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação. *Coleção Formação de professores*. (2ª ed.). Editora Autores Associados.

IBGE (2010). INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa nacional de amostra por domicílio: síntese de indicadores: 2010*.

INEP (2011). INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo da educação superior: resumo técnico: 2009*.

MATOS, M.S.; PIMENTA, S. G; ALMEIDA, M. I. OLIVEIRA, M. A. C. (2012). O impacto do Programa de Inclusão Social da Universidade de São Paulo no acesso de estudantes de escola pública ao ensino superior público gratuito. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 93, n. 235, p. 720-742.

MOEHLECKE, S. (2004). Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, p. 757-776.

OLIVEIRA, J. F.; CATANI, A. M; HEY, A. P e AZEVEDO, M. L. N. (2008). Democratização do acesso e inclusão na educação superior brasileira. In: BITTAR; M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Org.). *Educação superior no Brasil: 10 anos pós LDB*. Brasília: INEP, p. 71-88.

OSÓRIO, R.G. (2009). Classe, raça e acesso ao ensino superior no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 138, set./dez. p. 867-880.

PINHO, A. G. (2001). Reflexões sobre o concurso vestibular para as universidades públicas. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 15, maio/ago. n. 42, p. 353-362.

PRATES, A. A. P. (2007). Universidades vs. terciarização do ensino superior: a lógica da expansão do acesso com manutenção da desigualdade: o caso brasileiro. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p. 102-123.

SAMPAIO, S; LIMONGI, F; TORRES, H. (2000). *Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro*. Brasília. INEP. (Documento de Trabalho).

SILVA FILHO, R.L.L; MOTEJUNAS, P.R.; HIPÓLITO, O. LOBO, M.B.C.M. (2007). A evasão no ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez, p. 641-649.

VELLOSO, J. (2007). *Curso e concurso: rendimento na universidade e desempenho em um vestibular com cotas da UnB: preliminar*. Brasília: NESUB, FE/UnB.

ⁱ Desde 2003 as vagas ofertadas na educação superior são suficientes para atender todos os egressos do ensino médio. Contudo, estão concentradas no setor privado, onde há problemas no custeio dos cursos, bem como outros relacionados à qualidade dos cursos e às condições de permanência.

ⁱⁱ Início da oferta apenas no segundo semestre de 2012.

ⁱⁱⁱ No segundo semestre de 2008 passaram a funcionar na FUP os cursos noturnos, Ciências Naturais e Gestão Ambiental. Esse *campus* oferece mais 60 vagas anuais para o curso de Licenciatura em Educação no Campo, na modalidade presencial, mas em regime de alternância, subdividindo-se em Tempo Escola e Tempo Comunidade (site da UnB). E o curso de Engenharias da FGA origina cinco possibilidades de finalização: aeroespacial, automotiva, eletrônica, de energia e de software.

^{iv} Em 11.04.2013, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB (Cepe) decidiu utilizar o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) como uma das formas de ingresso para a Universidade de Brasília. Dessa forma, a admissão para o

primeiro semestre letivo passa a ser feita por meio do Sisu e pelo Programa de Avaliação Seriada (PAS), que dividem em números iguais as vagas ofertadas. O vestibular tradicional permanece como instrumento de seleção para o acesso à graduação no meio do ano. A decisão foi aprovada por 32 dos 40 conselheiros presentes no Cepe, segundo informações publicadas pela UnB Agência em 12.04.2013.

^v Ciências Naturais apresentou vagas ociosas desde o início da implantação e os outros começaram a apresentar ao longo do processo.

^{vi} O índice de vagas não preenchidas no curso de Ciências Naturais (diurno/FUP) passou de 8% no segundo semestre de 2006 para 48% no segundo vestibular de 2007. O novo *campus* enfrentou, igualmente, problemas com a diminuição da procura pelo curso no primeiro ano de oferta. Em Gestão do Agronegócio, a situação era bem mais tranquila, houve sobra de vagas apenas no último vestibular de 2007, representando 13% das vagas ofertadas; também se observou queda na proporção de candidatos por vaga nesse curso. No primeiro semestre de 2006, a concorrência no vestibular foi de 15 candidatos por vaga; no primeiro semestre de 2007 caiu para 8 candidatos por vaga, mantendo-se o mesmo nível de demanda em 2008. No segundo semestre ocorreu fenômeno parecido, a demanda caiu de 6 para 4 candidatos entre 2006 e 2008, conforme discutido em Melo (2009).

^{vii} Duas medidas devem provocar modificações nos resultados da seleção aos cursos da UnB: a aprovação da Lei de Cotas Sociais (Lei n.12.711, de 29.09.2012) e a adoção do Sisu como estratégia de seleção aos cursos da universidade a partir de 2013.